

Congresso estuda fim da corrupção no orçamento

SENADOR PROPÕE FIM DAS EMENDAS INDIVIDUAIS: AS BANCADAS DOS PARTIDOS APRESENTARIAM EMENDAS POR ESTADO.



O senador Nelson Wedekin (PDT-SC) vai propor o fim das emendas individuais ao Orçamento, "onde estão todas as falcatruas", substituindo-as por emendas dos Estados, apresentadas pelas bancadas de todos os partidos. Segundo Wedekin, essa mudança resolveria problemas de corrupção, pelo menos no Congresso. "Nunca mais teremos uma CPI do Orçamento".

A idéia ainda está sendo detalhada, mas tudo indica que será assumida pelas Mesas do Congresso. Os presidentes da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), e do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), já souberam da proposta e se mostraram receptivos à sugestão de Wedekin. Mas, segundo o senador, será necessário um pacto político para que a proposta se viabilize. Wedekin afirmou ainda que é tecnicamente possível anular as emendas já apresentadas pelos parlamentares à mensagem que está em tramitação, pois o governo vai enviar uma nova proposta para o Orçamento de 1994.

Outras sugestões para modifi-



Arquivo/AE

Wedekin: proposta.



Arquivo/AE

Magalhães: idéias.

car a atual sistemática do Orçamento também circulam no Congresso. O próprio relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), pretende apresentar, junto às suas conclusões, proposta nesse sentido. Ele acredita que o projeto do Orçamento deveria ter uma tramitação normal nas comissões técnicas, e as emendas deveriam ser apresentadas pelos partidos, divididas proporcionalmente por Estados.

Há outras propostas, que dificilmente poderiam ser imple-

tadas para o Orçamento de 1994, pois sua votação ainda este ano é considerada impossível. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) é autor de uma delas, que repete, em âmbito nacional, o que vem sendo feito na administração petista de Porto Alegre, em que um conselho de entidades decide onde o dinheiro será aplicado.

Simon, no entanto, também acha aplicável a idéia de Wedekin. Segundo os dois senadores, o sistema por bancada pode ser

eficaz porque cada partido fiscaliza os demais, com uma decisão final em benefício dos respectivos Estados. Eles defendem uma adaptação para o Orçamento deste ano, que evoluiu, em 1995, para um projeto mais amplo, democrático e transparente.

O deputado José Genoíno (PT-SP) tem uma sugestão que abrange três aspectos: a eliminação do repasse de verbas, impedindo a atuação dos "deputados-despachantes"; fim às emendas ao Orçamento, discutindo-se apenas as prioridades; e a garantia da imunidade parlamentar para o exercício do mandato, mas não para crimes comuns e de corrupção.

Segundo Genoíno, agora é o momento certo para fazer estas mudanças, evitando-se o que ocorreu na CPI do caso PC, cujas conclusões relativas aos bancos, por exemplo, não foram colocadas em prática. Ele defende também o retorno das Comissões de Fiscalização e Controle Interno e Externo, a legalização do lobby e até a revisão da legislação eleitoral, já que nela reside, muitas vezes, o começo de tudo.